



DINÂMICA POPULACIONAL E FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: DESAFIOS DE UMA PESQUISA

Population dynamics and workforce in the context of the Metropolitan Region of Fortaleza: challenges of a research

Dinámica de la población y la fuerza laboral en el contexto de la Región Metropolitana de Fortaleza: los desafíos de una búsqueda

Zenilde Baima Amora¹
Cristiane Ferreira de Souza França²

RESUMO

A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, inserida nas principais regiões brasileiras do gênero, registrou, nas últimas décadas, elevado crescimento populacional e curva ascendente do emprego formal, acompanhados do crescimento da informalidade. Este texto, apesar de cuidar mais especificamente de uma análise empírica, cujas bases são os indicadores de população e emprego, possui, também, como foco a discussão, mesmo que esquemática, das relações entre teoria (conceito de metropolização) e a abordagem empírica arrimada nos limites institucionais. Acredita-se que, ao se empreender uma análise sobre a dinâmica populacional e o emprego, torna-se necessário qualificar, mas também quantificar, o que não significa reducionismo aos dados empíricos. No presente estudo considera-se a necessidade de se levar em consideração o fato aparentemente contraditório de que, paralelamente ao dinamismo populacional e ao crescimento do emprego formal, cresce também, a informalidade, tudo isso num espaço metropolitano caracterizado como escala intermediária, no que tange às atividades produtivas e da força de trabalho.

Palavras-chave: Região Metropolitana. Metropolização. Emprego formal.

ABSTRACT

The Metropolitan Region of Fortaleza - RMF, inserted in the main Brazilian regions of the genre, registered, in the last decades, high population growth and upward curve of formal employment, accompanied by the growth of informality. This text, in spite of looking more specifically at an empirical analysis based on the indicators of population and employment, also has as its focus the discussion, even if schematic, of the relations between the It is believed that, when analyzing population dynamics and employment, it is necessary to qualify, but also to quantify, which does not mean reductionism to empirical data. The present study considers the need to take into account the seemingly contradictory fact that, in parallel with the dynamism of the population and the growth of formal employment, informality also grows in a metropolitan space characterized as an intermediate scale, in which Productive activities and the workforce.

Key Words: Metropolitan region. Metropolization. Formal employment.

¹ Professora - Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PropGeo/Universidade Estadual do Ceará – UECE; Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade – LEURC/UECE. E-mail: zenildeamora@yahoo.com.br

² Professora - Doutora. Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade - LEURC/UECE. E-mail: crisfsgeo@yahoo.com.br



RESUMEN

La Región Metropolitana de Fortaleza - RMF, inserta en las principales regiones brasileñas del género, registró en las últimas décadas un elevado crecimiento poblacional y una curva ascendente del empleo formal, acompañados del crecimiento de la informalidad. Este texto, a pesar de presentar más específicamente de un análisis empírico, cuya base son los indicadores de población y empleo, también tiene como foco la discusión, aunque esquemática, de las relaciones entre teoría (concepto de metropolización) y el enfoque empírico, en los límites institucionales. Se cree que, al emprender un análisis sobre la dinámica poblacional y el empleo, se hace necesario calificar, pero también cuantificar, lo que no significa reduccionismo a los datos empíricos. El presente estudio se considera la necesidad de tener en cuenta el hecho aparentemente contradictorio de que, paralelamente al dinamismo de la población y al crecimiento del empleo formal, crece también, la informalidad, todo ello, en un espacio metropolitano caracterizado como escala intermedia, en lo que se refiere a las actividades productivas y de la fuerza de trabajo.

Palabras Clave: Región Metropolitana. Metropolización. Empleo formal.

INTRODUÇÃO

O crescimento registrado pelos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, nas últimas décadas, suscita uma série de questionamentos sobre a natureza e conteúdo desse conjunto territorial. Criada em 1973, a RMF só veio a demarcar maior dinamismo com a intensificação das funções econômicas, mormente a atividade industrial, e com a moradia, desde o final dos anos de 1970. Os quatro municípios - Aquiraz, Caucaia, Pacatuba e Maranguape - que inicialmente compunham a Região Metropolitana de Fortaleza, com exceção da Metrôpole, não configuravam, por assim dizer, espaços metropolitanos. Fazem-se ressalvas a Maracanaú que, na época, era Distrito de Maranguape e onde foi instalado o I Distrito Industrial do Ceará e situados grandes conjuntos habitacionais populares. Fora da Metrôpole, o que se verificava eram espaços permeados por atividades rurais, que foram, com o tempo, se tornando mais raros, em razão, entre outros fatores, do avanço da especulação imobiliária, e as poucas indústrias se concentravam em Fortaleza. A instalação da indústria incentivada fora dos limites desta Metrôpole contribuiu para desencadear a atração de habitantes para municípios metropolitanos, sobretudo Maracanaú, que denotou elevado crescimento, como se verá mais adiante. Tal ocorrência se ampliou, desde os anos 1990, com a reestruturação produtiva e as políticas públicas voltadas à atração industrial. Outros espaços foram se estruturando, em particular, com a implantação de plantas industriais instaladas ao longo do eixo Horizonte-Pacajus, concorrendo, também, para a elevação das taxas de crescimento, sobretudo, de Horizonte.

À medida que as atividades produtivas dinamizavam a RMF, teve curso, nos municípios da mencionada Região, um aumento populacional, com elevados índices de crescimento, provocado, principalmente, pela mobilidade da população, que constituiu, por um lado, força de trabalho necessária às atividades produtivas. De outra parte, essa mobilidade esteve associada, como se sabe, ao processo histórico

de transferência da população rural para as cidades, em decorrência das conhecidas condições difíceis de vida e trabalho, acompanhantes de todo esse fenômeno de transferência de população do campo. Especialmente, desde os anos 1970, as metrópoles nordestinas, incluídos aí seus municípios metropolitanos, passaram a contabilizar taxas de progresso populacional elevadas e que foram declinando, conforme um ou outro caso, nas décadas seguintes.

A evolução populacional, bem como a expansão do emprego formal - outro componente da dinâmica metropolitana - ocorreram em um momento de maior dinamismo das atividades produtivas, no caso, a industrial, e, no segundo momento (anos de 1990 e 2000), mantiveram-se os incentivos à indústria, porém com a incorporação de outras atividades mais ligadas ao desenvolvimento do turismo litorâneo, das atividades de lazer e do consumo, que, de maneira geral, contribuíram para alterar a configuração do espaço metropolitano.

A expansão do capital na RMF, que repercutiu não somente na indústria, mas também na economia como um todo, aliada à intervenção do Estado, alterou a composição da força de trabalho, com expansão do emprego formal que, contraditoriamente, foi acolitada pelo alargamento da informalidade.

Na perspectiva de se tratar da metropolização, levando em conta a dinâmica populacional e o emprego formal, recorre-se a dados empíricos, como os indicadores de população (Censo Demográfico do IBGE) e de emprego formal (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE).

O artigo, ora relatoriado, está organizado em quatro partes, incluindo a Introdução e as Considerações finais. No segundo item, discutem-se os padrões de crescimento populacional, com base nos censos de 1970 a 2010, relacionando-os a momentos de maior dinamismo econômico na RMF. No módulo seguinte, analisa-se o comportamento do emprego formal, e por setores de atividades, com suporte em indicativos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para o período compreendido de 1985 a 2015. Seguem-se as Considerações Finais, que procedem a uma sinopse das discussões procedidas com amparo na literatura especializada e na realidade fática da área examinada.

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: PADRÕES DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Antes, porém, de se adentrar nas análises, tendo-se por base a dinâmica populacional e de emprego na RMF, cabe ligeira discussão sobre o que se entende por metropolização e região metropolitana, pensadas aqui como conceitos-chave da análise. A problemática exposta constitui desafio, ao se tentar apreender os

processos de metropolização do espaço, o que envolve, além da análise propriamente dita, a reflexão conceitual, ao se considerar a combinação entre teoria e pesquisa empírica.

Não há consenso sobre o conceito de metropolização entre os diversos estudiosos do urbano, dada a complexidade que o envolve, além do fato imperativo dos distintos contextos históricos, pois é difícil cuidar de realidades diversas sob a mesma óptica conceitual, até mesmo pensando numa escala nacional, porquanto se verificam várias temporalidades no que concerne ao decurso da metropolização brasileira.

Apesar das várias interpretações do termo metropolização, e também de metrópole, concorda-se com Ascher (1998) ao entender a metrópole como tipo urbano e a metropolização um processo. O autor salienta que metropolização é uma ideia ampla e que dá conta da dinâmica das transformações urbanas, e, portanto, no cerne dos processos que a engendram estão as mudanças sociais e espaciais. Derycke (1999) propõe que, para se reduzir o alcance definidor de ambos os conceitos, impõe-se levar em consideração fundamentos comuns, entre outros, aglomeração, proximidade e interações espaciais. Cumpre acrescer-se o fato de que a metropolização envolve as estratégias dos agentes, que podem ser distintos, dependendo dos lugares. O Estado, a seu turno, cria e/ou amplia a região metropolitana, e, sobretudo, intervém com ações para dotá-la de condições necessárias à expansão do capital; o setor privado, por sua vez, opera na implementação das atividades produtivas, na ânsia de acumulação de capital, e a população pobre, por fim, pelega por trabalho e moradia e, portanto, pelo espaço, como meio de reprodução da vida.

Trazendo a discussão para o âmbito dos espaços denominados de metropolitanos, sobressai-se a ideia de região metropolitana, pelo menos, no caso brasileiro, sendo esta divisada como um conjunto urbano-regional, conforme bem resume esta menção:

[...] uma região metropolitana consiste numa realidade urbano-regional que se estende por um espaço geográfico dentro do qual se distinguem várias jurisdições político-territoriais, contíguas ou superpostas entre si, segundo nível de competência, seja local ou regional, formando uma mesma unidade socioeconômica. (GRAUS, 1974, apud CARMO e FALCOSKI, 1999, p.129).

Uma região metropolitana é, assim, um conjunto urbano complexo. De tal modo, ao se nomear uma área ou região de metropolitana, resta saber como se desenvolve esse conjunto socioespacial, é necessário se conhecer os componentes que afirmam a metropolização e dar-se conta dos sentidos que permeiam o conceito. Dessa maneira há que se levar em conta os componentes socioespaciais.

Malgrado não ser o objetivo deste artigo, proceder a um maior aprofundamento do conceito de metropolização, ao se deparar com a discussão dessa temática, numa perspectiva socioespacial, vêm logo à tona pontos como o fato de: a metropolização não ocorrer de igual modo em todo o Território Nacional. E mais: existem particularidades quanto às questões relativas aos espaços circunscritos aos países periféricos

em relação aos países do capitalismo central. Exames temáticos como estes alimentam o debate e demonstram os desafios expressos, tornando-se necessário enfrentá-los em estudos mais espessos.

Além dessas nuances, e trazendo a reflexão para mais próximo da realidade local, sente-se que há certa confusão entre o espaço circunscrito à metrópole e o espaço ampliado, que corresponde ao conjunto formado pela metrópole e as demais cidades e/ou municípios e, até mesmo, em relação aos espaços rurais contíguos que formam o “tecido urbano”, na expressão de Lefebvre (2001). Entende-se, então, neste escrito, que o espaço metropolitano se expande para além da metrópole, porém é a ela vinculado. Tal não significa, entretanto, redução a limites institucionais, tampouco mera correspondência com o espaço físico, morfológico, embora o conteúdo não se desvincule da forma e, ainda - é imposto evidenciar - a metropolização é da sociedade e do espaço.

Evidentemente, esta discussão demanda reflexões mais acuradas, como já salientado, mas, para efeito deste ensaio, cogita-se, de modo mais específico, na Região Metropolitana de Fortaleza, atentando-se para a dinâmica de crescimento populacional e para o comportamento estatístico do emprego formal, além de pontos relativos à informalidade no espaço metropolitano, pois se alcança aqui a ideia de que o enfoque analítico, baseado em indicadores socioeconômicos, colabora para a apreensão dos processos que compõem a dinâmica metropolitana, embora não possam ser a eles reduzidos.

A Região Metropolitana de Fortaleza conta atualmente com 19 municípios³, constituindo-se em uma área, em princípio, definida e criada por lei como outras congêneres de todo o Brasil. O caráter institucional, que mesmo não podendo deixar de ser levado em consideração, não resiste, evidentemente, a uma análise mais acurada sobre o seu conteúdo, principalmente quando se sabe que a incorporação de municípios, ao que se denominou de região metropolitana no Brasil, é fruto de decisões políticas. Daí a indagação: como compatibilizar o estudo da essência metropolitana aos imperativos de ordem político-institucional? Esse é um desafio de cunho metodológico, não significando dizer que não se possa considerar os limites institucionais, mesmo porque os dados empíricos são compatibilizados com suporte nas unidades político-administrativas (municípios, estados e país). Ademais, para se detectar, *a priori*, o grau de funcionalidade, levando em conta um dado recorte urbano, é necessário qualificar, não se deixando de levar em consideração dados quantitativos. Desse modo, procede-se à análise, discutindo as taxas de crescimento populacional da RMF.

As taxas de crescimento da população dos municípios da RMF, no período de 1970 a 2010, mantiveram-se, em toda a série histórica, acima da registrada para o Ceará como um todo. Elas foram

³ Esta análise se refere a 15 municípios da RMF, haja vista o fato de que os outros (quatro) só foram a ela integrados posteriormente ao Censo de 2010, e que constitui o último ano censitário.

declinando, todavia, e expressaram comportamentos diversificados, tanto em relação a cada município quanto às décadas analisadas. Esta constatação indica que o aumento da população dos municípios metropolitanos pode estar relacionado a ocasiões de maior expansão das atividades produtivas, de modo que foram identificadas três situações de crescimento da população metropolitana, analisando-se os dados dos censos de 1970 a 2010. (Tabela 1).

Tabela 1. RMF – População Residente e Taxa Geométrica de Crescimento.

Municípios	População Residente					Taxa de Crescimento %			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/ 1980	1980/ 1991	1991/ 2000	2000/ 2010
	Fortaleza	857.980	1.307.611	1.768.637	2.141.402	2.452.185	4,30	2,78	2,15
Aquiraz	32.507	45.111	46.305	60.469	72.628	3,33	0,24	3,01	1,90
Caucaia	54.754	94.108	165.099	250.479	325.441	5,57	5,24	4,74	2,60
Maranguape	59.622	91.126	71.705	88.135	113.561	4,33	-2,16	2,32	2,50
Pacatuba	31.916	42.110	60.148	51.696	72.299	2,81	3,29	-1,67	3,40
Eusébio	6.930	12.095	20.410	31.500	46.033	5,73	4,87	4,94	3,90
Guaiúba	6.063	7.652	17.562	19.884	24.091	2,35	7,84	1,39	1,90
Itaitinga	-	-	12.470	29.217	35.817	-	-	9,92	2,10
Maracanaú	15.685	37.894	157.151	179.732	209.057	9,22	13,80	1,50	1,60
Chorozinho	8.368	12.386	15.492	18.707	18.915	4,00	2,05	2,12	0,10
Horizonte	7.632	10.202	18.283	33.790	55.187	2,94	5,45	7,06	5,00
Pacajús	33.335	46.976	31.800	44.070	61.838	3,49	-3,48	3,69	3,40
São Gonçalo do Amarante	21.008	24.680	29.286	35.608	43.890	1,62	1,57	2,20	2,50
Cascavel	-	-	46.507	57.129	66.142	-	-	2,03	1,50
Pindoretama	-	-	12.442	14.951	18.683	-	-	2,01	2,30
RMF (total)	1.135.800	1.731.951	2.473.297	3.056.769	3.615.767	4,31	3,07	2,38	1,68
Ceará (total)	4.361.603	5.621.188	6.366.647	7.430.661	8.448.055	2,57	1,14	1,73	1,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A primeira situação é aquela em que as taxas de crescimento populacional eram muito altas, em 1970, e que foram declinando significativamente, porém se mantendo acima de 1,00%, como é o caso de Fortaleza, cuja taxa de crescimento era de 4,30%, em 1970, baixando para 1,30% em 2010. Considera-se este percentual ainda muito elevado se comparado às maiores metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro e São Paulo), que registraram crescimento, na última década, abaixo de 1,00%. O Município de Caucaia também denota situação semelhante a Fortaleza, saindo de uma taxa de 5,57%, em 1970, para 2,63%, em 2010. O período de 1970 a 1980 foi ainda de grande mobilidade populacional para a metrópole, Fortaleza, enquanto nas décadas seguintes os percentuais de crescimento são bem maiores nos outros municípios

metropolitanos, que passaram a receber atividades produtivas. Embora não se assegure uma relação direta entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico, nota-se que os municípios com taxas elevadas, com exceção de um ou de outro, foram aqueles onde houve o maior desenvolvimento das atividades produtivas. Sucede assim com Maracanaú, que, como se verá a seguir, exprimiu elevadas taxas de crescimento populacional.

A segunda situação diz respeito à subida progressiva da população de alguns municípios, mesmo com pequenas alterações nas décadas analisadas. Ocorre com São Gonçalo do Amarante, o qual contabilizou um pequeno decréscimo no censo de 2010, com taxa de 2,30%, um pouco menor do que a registrada em 2000, que foi de 2,50%. Nas duas décadas anteriores, contudo, o crescimento foi maior, fato significativo da predominância de um movimento ascendente no período. São Gonçalo do Amarante, município da porção oeste da RMF, abriga o porto do Pecém, inaugurado no começo dos anos de 1990, e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPPE, que contribuíram sobremaneira para dinamizar aquela porção do espaço metropolitano.

A terceira situação coincide com a maior parte dos municípios, cujas taxas de crescimento da população se expressam irregularmente, ou seja, cresceram e decresceram ao longo das cinco décadas analisadas: Aquiraz, Chorozinho, Guaiúba, Horizonte, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba. Destacam-se os municípios que receberam indústrias beneficiadas pelos incentivos fiscais, com a implementação de políticas públicas de industrialização do Ceará, como Maracanaú e Horizonte, e que registraram os maiores percentuais de crescimento geométrico na RMF. Maracanaú foi o mais significativo. Distrito de Maranguape até 1984, demonstrou, nessa década, uma taxa de 9,22%, chegando, em 1991, a 13,80%, porém, apontou baixas abruptas nos anos de 2000 e 2010, com 1,50% e 1,56%, respectivamente. Entrementes, Horizonte indicou o maior percentual em 2000, momento de ascensão da atividade industrial, mantendo, em 2000 / 2010, elevadíssima taxa de 5,02%. Aquiraz chama atenção, mas não por esse motivo, mas por exibir situação bem mais irregular. De 1970 para 1980, foi observado um crescimento de 3,33%, caindo consideravelmente, no censo seguinte, para 0,24%. Já em 2000, esse Município voltou a registrar percentagem elevada, de 3,01%, mas caindo⁴ na década seguinte para 1,90%.

Fica evidente que, nos anos de 1970, as elevadas taxas de ampliação populacional aconteceram no conjunto da Região Metropolitana de Fortaleza, mostrando que alguns desses municípios crescem muito mais do que a Metrópole, tornando-se, com efeito, a concentração do crescimento metropolitano e na perspectiva da região. Toda essa mobilidade populacional, também mobilidade da força de trabalho, potencializou o

⁴ Em 1987, houve o desmembramento do Município de Eusébio, que era Distrito de Aquiraz, o que pode ter contribuído para o registro de percentual menor.

incremento de atividades produtivas, fazendo com que essa porção do território cearense se revertesse num espaço complexo, alterando a composição da força de trabalho, dos setores da economia e, conseqüentemente, exacerbando as contradições com procedência na intensiva concentração da população, da produção e de riquezas que vieram acompanhadas das desigualdades socioespaciais.

Como pode ser verificado, a partir da década de 1970, a Região Metropolitana de Fortaleza passou a ser o lócus de moradia de um grande contingente populacional e, conseqüentemente, de força de trabalho. Comprova a ideia da dimensão desse fenômeno, o fato de que, do total dos postos de trabalho gerados em todo o Ceará, em 2015, cerca de 69,8% concentraram-se na RMF, segundo as informações da RAIS, e foi maior ainda nas décadas anteriores, como estudado a seguir.

A CURVA ASCENDENTE DO EMPREGO FORMAL, NO PERÍODO DE 1985-2015, POR GRANDES SETORES ECONÔMICOS

Fazendo-se uma retrospectiva sobre o comportamento do emprego formal na RMF, verifica-se que esta região evidenciou o percentual de 77,8% em relação ao total do Estado do Ceará. Tal sucedeu em 1985, porém, reduziu-se gradativamente sua participação nas décadas seguintes. Em 1995, a concentração foi de 74,40%, baixando, em 2005, para 67,60%, e chegando em 2015 a apontar ligeira elevação, com um percentual de 69,8%. Mesmo tendo havido, porém, diminuição relativa da participação do emprego na RMF no concernente ao total escrito para o Ceará, no mesmo ano, não foi tão significativa, pois representou apenas 7,9%, em toda a fase considerada, mantendo-se intensa concentração metropolitana (Tabela 2).

Tabela 2. Região Metropolitana de Fortaleza e outros municípios cearenses - Empregos formais - 1985, 1995, 2005 e 2015.

Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fortaleza	353.827	94	388.525	87,6	496.545	79,8	823.674	76,4
Aquiraz	2.574	0,6	2.445	0,5	7.693	1,2	17.698	1,6
Caucaia	5.811	1,5	11.360	2,5	21.199	3,4	44.027	4
Maranguape	10.448	2,7	4.826	1,0	10.539	1,6	13.885	1,2

Pacatuba	1.178	0,3	1.065	0,2	5.017	0,8	7.899	0,7
Eusébio	*	-	13.570	3	24.540	3,9	40.411	3,7
Guaiuba	*	-	430	0,09	1.375	0,2	2.537	0,2
Itaitinga	*	-	547	0,1	2.112	0,3	3.970	0,3
Maracanaú	*	-	20.741	4,6	30.675	4,9	61.012	5,6
Chorozinho	*	-	*		1.442	0,2	1.547	0,1
Horizonte	*	-	*		12.991	2	16.577	1,5
Pacajus	*	-	*		5.282	0,8	9.211	0,8
São Gonçalo do Amarante	*	-	*		2.616	0,4	14.342	1,3
Cascavel	*	-	*		*	*	7.965	0,7
Pindoretama	*	-	*		*	*	1.400	0,1
Paracuru	*	-	*		*	*	3.642	0,3
Paraipaba	*	-	*		*	*	3.460	0,3
São Luis do Curu	*	-	*		*	*	604	0,0
Trairi	*	-	*		*	*	3.118	0,2
Total RMF	373.838 ⁵	77,8	443.509 ⁶	74,4	622.026	67,6	1.076.979	69,8
Total outros municípios	106.264	22,1	152.561	25,5	297.865	32,3	465.780	30,1
Total Ceará	480.102	100	596.070	100	919.891	100	1.542.759	100

Fonte: RAIS/MTE.

*Municípios ainda não incorporados a RMF na década em análise.

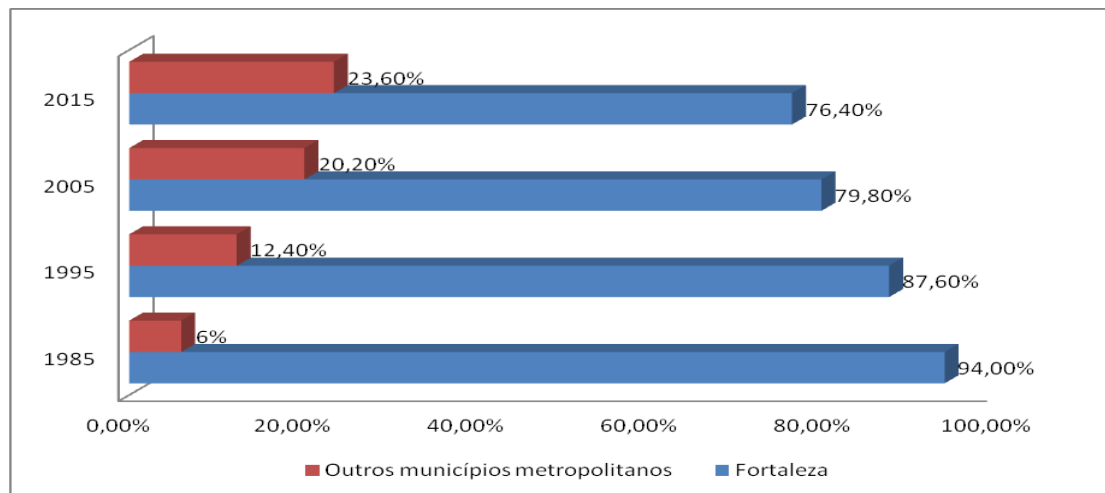
Não obstante seu caráter centralizador, a RMF, internamente, também demonstra discrepâncias em relação à importância de seus municípios, no que se refere às atividades responsáveis pela geração de empregos formais. A metrópole, Fortaleza, destaca-se como centralidade que comanda o processo produtivo de sua região, conquanto possa ser constatado o fato de que, no decorrer das décadas analisadas, venha

⁵ Em 1985, foram 372.685 empregos classificados, mais 1.153 não classificados, no total de 373.838.

⁶ Em 1995, foram 438.025 empregos classificados, mais 5.484 não classificados, somando-se 443.509.

cedendo espaço para os outros municípios metropolitanos, assim como para cidades médias cearenses, no que tange à oferta de empregos. A descentralização, em número de ocupações formais, que a princípio poderia ser considerada como perda de importância da MetrÓpole, é, bem ao contrário, pois, à medida que se expandem as atividades produtivas para os outros municípios metropolitanos, ela reforça o seu papel de comando, uma vez que a centralidade não se resume mais a Fortaleza, mas à Região Metropolitana como um todo (Gráfico 1).

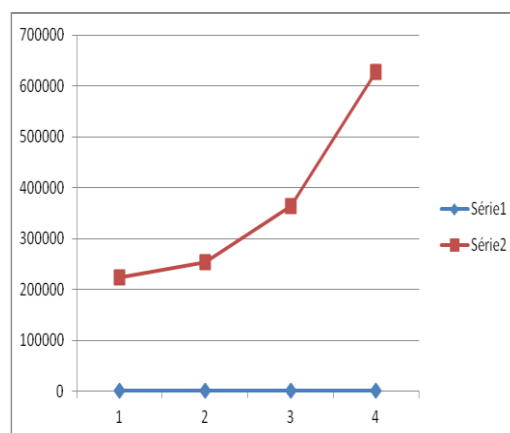
Gráfico 1. Fortaleza e demais municípios da RMF – Concentração de empregos - 1985, 1995, 2005, 2015.



Fonte: RAIS/MTE. Organização: FRANÇA, 2017.

Examinando-se os indicativos do emprego formal na RMF, por setores de atividade, verifica-se uma curva ascendente em todos eles - Serviços, Comércio, Indústria, Agropecuária e Construção Civil - no período 1985-2015. O grande destaque é para os serviços, que denotou curva bem mais acentuada do que os demais setores (Gráfico 2).

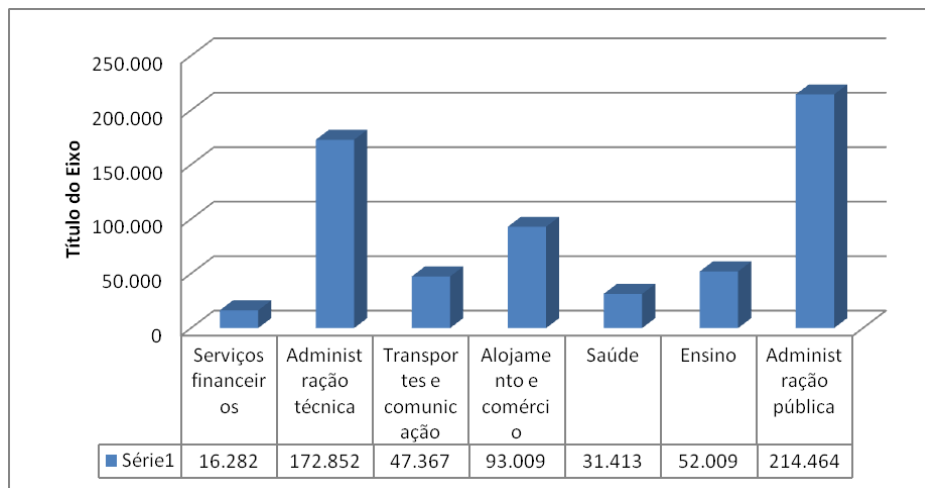
Gráfico 2. RMF – Serviços, 1985-2015



Fonte: RAIS/MTE. Organização: FRANÇA, 2017.

Descendo-se para as especificidades desse setor econômico, observa-se que foram os subsectores de administração pública e de administração técnica, seguidos de alojamento e comércio, os maiores responsáveis, no âmbito dos serviços, pelos postos de trabalho da RMF em 2015 (Gráfico 3). Borges (1999), discutindo a reestruturação produtiva e o trabalho na Região Metropolitana de Salvador, realça a pouca capacidade do setor privado em ofertar empregos formais. Ela também destaca a participação do Estado na estruturação do mercado de trabalho, o que indica semelhança com a RMF. Os dados reforçam o considerável peso do Estado, cabendo estudos mais detalhados que esclareçam melhor o papel dos subsectores de administração pública na geração de empregos.

Gráfico 3. RMF – Empregos formais, por subsectores do setor de serviço, 2015.

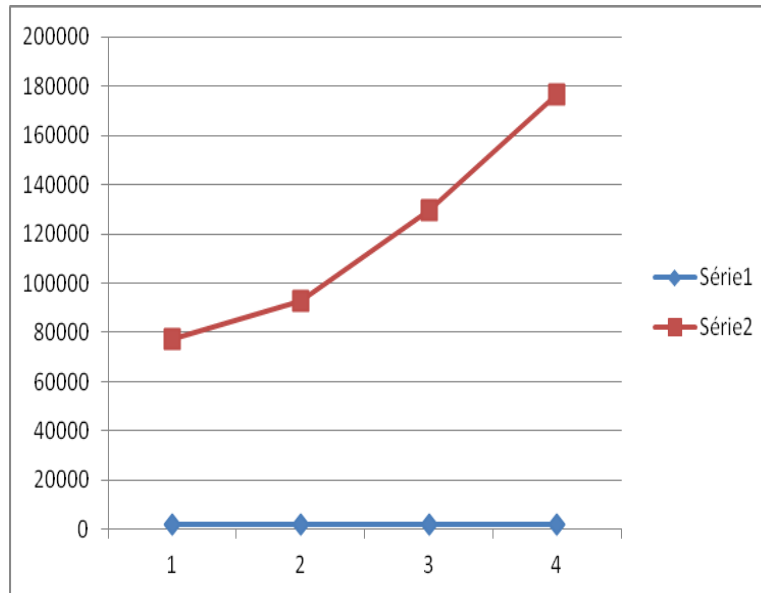


Fonte: RAIS/MTE. Organização: FRANÇA, 2017.

Depois dos serviços, a indústria foi o setor que mais empregou formalmente na RMF (Gráfico 4), quadro que só é objeto de variação quando o comércio o transpôs, em 2015. Com início no final dos anos de 1980, a indústria auferiu maior expressividade, com a reestruturação produtiva levada a efeito no Brasil, e que teve repercussões no setor industrial do Ceará com a vinda de plantas industriais de outros estados, aqui instaladas, caracterizadas pelo emprego de mão de obra intensiva. Para Pereira Júnior “[...] a indústria se coloca como mecanismo mais influente para a atual dinâmica de organização regional”. (2015, p. 98). Grande parte das unidades fabris instalou-se na RMF, embora tenha havido também participação de municípios situados no interior do Ceará na atração de indústrias instaladas em cidades médias e em outras, menores, o que alterou a concentração do setor industrial do estado. Consoante enfatizam Dantas e Silva, no entanto,

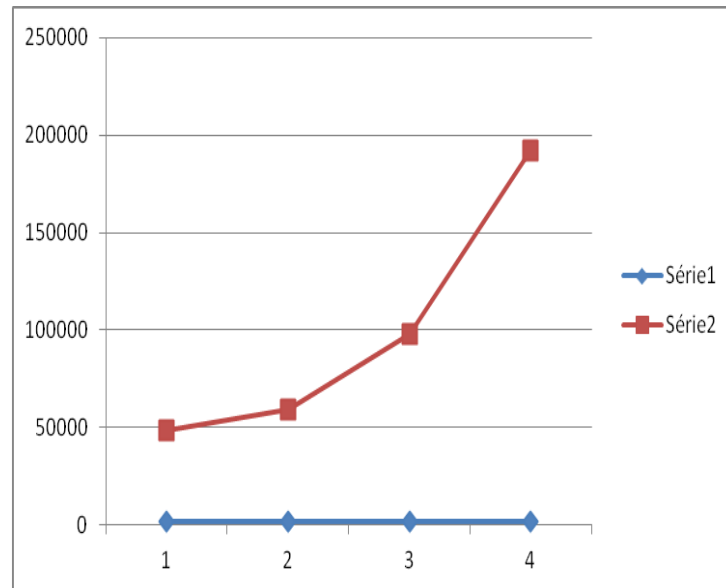
cabe “[...] ponderar sobre a tese de descentralização da indústria no Ceará”. (2009, p. 17), o que ficou demonstrado pela participação no emprego formal na RMF.

Gráfico 4: RMF – Indústria, 1985-2015



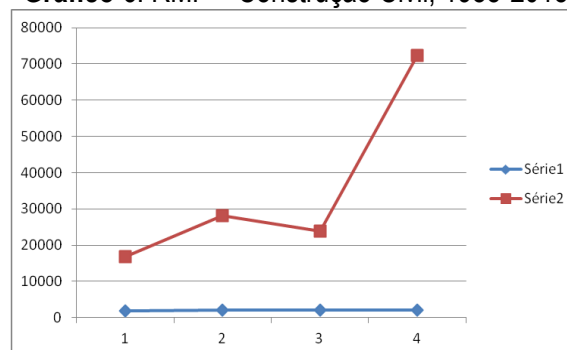
Fonte: RAIS/MTE. Organização: FRANÇA, 2017

Outro setor que se destacou na geração de postos de trabalho foi o comércio, com expressivo crescimento (Gráfico 5), superando a indústria em 192.112 empregos formais, em 2015, conforme dados da RAIS. A expansão do emprego no comércio, nos começos dos anos 2000 até o início da segunda década do século XXI, esteve vinculada, possivelmente, entre outros fatores, ao crescimento do poder aquisitivo da população, viabilizado por maior concessão de crédito para o financiamento de bens de consumo. Esse acréscimo também pode estar vinculado à valorização do salário-mínimo e às ações governamentais, com o desenvolvimento de políticas públicas de transferência de renda, que aqueceram o mercado interno no Brasil, repercutindo no aumento do consumo. O período em análise coincide, também, com a chegada de grandes grupos varejistas, nacionais e estrangeiros, ao Ceará, e que implantaram supermercados, hipermercados, *shoppings centers* e grandes lojas de cadeias nacionais e internacionais, bem assim, como pequenos comércios que proliferaram nesse período. Os dados relativos ao setor de comércio indicaram que a RMF concentrava, em 2015, cerca de 70% dos postos laborais gerados nesse setor.

Gráfico 5. RMF – Comércio, 1985-2015

Fonte: RAIS/MTE. Organização: FRANÇA, 2017

A construção civil foi também grande absorvedora de força de trabalho, cuja maior expansão se deu com início em 2005 (Gráfico 6), chegando a níveis de concentração bastante elevados na RMF, considerando-se que, em 2015, esta região registrou um percentual concentrador de 85,80% de todo o emprego do setor, ofertado no Ceará. Embora se esteja ciente do peso que exerce a Metrópole (Fortaleza) na geração de empregos no setor da construção civil, depreende-se que municípios metropolitanos, como Caucaia, Eusébio e São Gonçalo do Amarante, se destacaram com a construção de casas, condomínios e obras ligadas ao setor industrial. A construção civil, todavia, que em momentos de crise do setor produtivo absorve parte da força de trabalho, é também muito suscetível aos momentos de recessão que provocam desemprego, influenciando muito diretamente sobre a absorção de trabalhadores.

Gráfico 6. RMF – Construção Civil, 1985-2015

Fonte: RAIS/MTE. Organização: FRANÇA, 2017

De efeito, a RMF constitui espaço dinâmico, onde se configuram migrações, trabalho e - seja acrescido - desemprego. Essa correlação chamou atenção das articulistas para a necessidade de uma análise mais integrada entre crescimento populacional, dinâmica econômica e aumento da informalidade. Se, por um lado, os dados examinados indicam o fato de que na série histórica considerada houve aumento do emprego, de outra vertente, resta comprovado que a informalidade (não se vai entrar aqui nos embates teóricos sobre a pertinência desse conceito), também, aumentou consideravelmente. A pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada em 2012 pela Fundação SEADE – DIEESE, indicou o percentual de autônomos nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal – DF. Os dados dessa pesquisa evidenciaram que as regiões metropolitanas nordestinas foram as que exibiram maior percentual de autônomos: Fortaleza (25,3%), Salvador (20,5%) e Recife (19,7%). Percebe-se, com efeito, o elevado percentual da RMF, superior ao de Salvador e ao do Recife e, ainda, é notório o fato de esse percentual estar bem mais distante dos registrados nas regiões metropolitanas do Sul e Sudeste.

Outra pesquisa, esta efetivada também pelo DIEESE/SEEADE, em 2014, indicou que, em janeiro desse mesmo ano, o emprego informal na RMF aumentou consideravelmente, demonstrando, novamente, o maior índice de informalidade entre as seis regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas. Dos 1.712.000 trabalhadores ocupados na RMF, cerca de 42,4% estavam na informalidade, trabalhando como autônomos, empregadas domésticas e sem carteira assinada.

Mas os elevados percentuais de informalidade no Brasil não datam do século XXI, pois como assevera Malaguti esta “[...] já constituía uma realidade inegável nos anos 1980 [...] o que se agravou ainda mais com a abertura da economia iniciada nos anos 1990. [...] nos anos 1998, 57% da População Economicamente Ativa do Brasil estava na informalidade”. (2000, p. 65).

Em um texto intitulado: *Migrações com desemprego: injustiça social na configuração social urbana*, Paviane (1999) assinala o seguinte: “[...] trabalho, desemprego e migrações estão interligados em teoria e na vida real, independente do meio geográfico em que acontecem”. (P.13). Esta asserção pode ser demonstrada claramente, quando se constata que, paralelamente à expansão do emprego formal, aumenta a informalidade, o que à primeira vista parece um paradoxo, pois, como afirma Malaguti, “[...] formalidade e informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis”. (2000, p. 101). Além do mais, se compreende, como Tavares, que “[...] o trabalho informal constitui-se numa estratégia funcional ao capital, especialmente nesta era da acumulação capitalista”. (2004, p. 48).

Embora esquematicamente, ante o quadro exposto, chega-se, à constatação (quando se analisam a dinâmica populacional, o emprego formal e a informalidade no espaço metropolitano) de que há intrínseca relação entre características econômicas e mercado de trabalho, incluindo aí a informalidade. Desse modo, no caso específico em análise, não se pode ir mais a fundo nessa questão em decorrência do caráter dos dados analisados e, também, em face dos limites deste escrito, ficando o desafio para pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas com amparo nas variáveis consideradas (taxa de crescimento populacional e emprego formal) reforçam o dinamismo registrado na RMF desde sua institucionalização em 1973, quando os municípios metropolitanos passaram a demonstrar elevadas taxas de crescimento. A dinâmica dos setores industrial, comercial, de serviços e, também, da construção civil, concorreu, sobremaneira, para mais incitar a vinda de população para os municípios da RMF. Também colaborou para isso a proximidade da MetrÓpole, onde são maiores as oportunidades de emprego e trabalho e, por conseguinte, reforçando a sua importância como centro de comando do espaço metropolitano.

À expansão do capital, que altera a composição dos setores da economia, alia-se a intervenção do Estado como impulsionador do emprego formal, seja direta ou indiretamente, por meio de ações voltadas à implementação de infraestrutura física e social. Os dados positivos, evidenciados pelo emprego formal na RMF, não minimizam, contudo, o peso da informalidade na conjugação do espaço metropolitano. Como bem enfatiza Malaguti (2000), o setor formal penetra o informal e vice-versa, de modo a se tornarem indissociáveis.

Conquanto o crescimento do emprego seja um dado positivo, pontos como a instabilidade no trabalho, a pouca qualificação, os baixos salários e o ínfimo nível de escolaridade, marcam, de maneira indelével, o mercado de trabalho na RMF, sem contar as crises do setor produtivo, que afetam sobremaneira o emprego formal, aumentando o desemprego e as desigualdades no espaço metropolitano.

Considera-se que a abordagem veiculada neste ensaio, mesmo despretensiosamente, pode contribuir para a reflexão sobre a “positividade” dos dados, os quais, nem todas as vezes, dão conta da essencialidade dos processos, contudo, não podem ser negligenciados. E, também, nem sempre esses indicadores expressam relações biunívocas, como, por exemplo, crescimento populacional e emprego formal, industrialização e demanda terciária, embora não se possa negar as intrínsecas relações desses pares, uma

vez que a dinâmica que envolve essas relações está submetida a diversos interesses nas mais variadas escalas que se imbricam no espaço metropolitano.

REFERÊNCIAS

ASCHER, François. **Metápolis**: a cerca do futuro da cidade. Tradução: Álvaro Domingues. Oeiras (Portugal): Celta, 1998.

BORGES, Ângela. Reestruturação Produtiva e Trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a construção de um novo patamar de precariedade. In: **Cadernos Metrôpole**/Grupo de Pesquisa PRONEX- N.1 (1999) – São Paulo: EDUC, 1999 (Semestral).

CARMO, Silva de Castro Bacellar e FALCOSKI, Luiz Antônio Nigro. Um olhar sobre o planejamento e a gestão metropolitanos. A Região Metropolitana da Baixada Santista. In: **Cadernos Metrôpole**/Grupo de Pesquisa PRONEX – n. 1 (1999). São Paulo: EDUC, 1999.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia e SILVA, José Borzachiello. A formação histórica da Metrôpole e principais tendências de desenvolvimento. In: **Como anda Fortaleza**. Organizador: PEQUENO, Luiz Renato – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

DERYCKE, Pierre-Henri. Comprendre les dynamiques métropolitaines. In: LACOUR, Claude e PUISSANT, Sylvette. **La Métropolisation**: croissance, diversité, fractures. Paris: Anthropos, 1999.

DIEESE/SEADE. Pesquisa de emprego e desemprego – PED, 2012. In: MESQUITA, Erle. **Trabalho autônomo e políticas públicas para o mercado de trabalho**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2014.

FRANÇA, Cristiane F. de S. **A cana-de-açúcar no Ceará**: mobilidade e força de trabalho nos Municípios de Aquiraz e Pindoretama. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauros, 2001.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

PAVIANE, Aldo. **Migrações com desemprego**: injustiça social na configuração socioespacial urbana. In: Cadernos Metrôpole/Observatório das metrôpoles. N. 1 (1999) – São Paulo: EDUC, 1999. (Semestral).

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: **Fortaleza**: Transformações na ordem urbana. COSTA, Maria Clélia Lustosa e PEQUENO, Renato. (orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.